SUMÁRIO EXECUTIVO

PROGRESSO DA DECLARAÇÃO DE NOVA YORK SOBRE FLORESTAS

Equilibrando florestas e desenvolvimento

Abordar a infraestrutura e as indústrias extrativas e promover meios de vida sustentáveis

Relatório de progresso das metas 3 e 4 · Novembro 2020 · forestdeclaration.org

Mais de 200 governos, empresas multinacionais, grupos representantes de comunidades indígenas e organizações não governamentais endossam a Declaração de Nova Iorque sobre Florestas (NYDF) desde 2014, comprometendo-se a fazer sua parte para alcançar as ambiciosas metas de eliminar a perda de florestas naturais e de recuperar florestas. A cada ano, a Avaliação de Progresso da NYDF - realizada por uma rede independente da sociedade civil de organizações de pesquisa e think-tanks chamada de NYDF Assessment Partners —monitora o progresso coletivo rumo aos objetivos da NYDF.

2020 é um ano crucial para a revisão e reflexão sobre as metas florestais para a NYDF e a comunidade global. Em vez de cair pela metade desde 2014 a taxa de perda de florestas naturais aumentou. Acabar com a perda de florestas naturais até 2030 exigirá uma rápida mudança de paradigma por parte da comunidade global: será necessário valorizar as florestas por seus benefícios essenciais e priorizar sua proteção.

A Avaliação de Progresso da NYDF de 2020 concentra-se em duas metas cruciais e complentarias para a realização do desenvolvimento sustentável:

Meta 3: Reduzir significativamente o desmatamento resultante de outros setores econômicos até 2020

Meta 4: Apoiar alternativas ao desmatamento resultante de necessidades básicas (tais como para agricultura de subsistência e dependência de madeira para produção de energia) de forma a aliviar a pobreza e promover um desenvolvimento sustentável e equitativo

Principais Resultados

Riscos crescentes para as florestas

O ritmo de desenvolvimento de infraestrutura em grande escala e a extração de recursos naturais estão aumentando em muitas regiões de florestas tropicais, representando uma ameaça crescente às paisagens florestais intactas. A demanda por metais e minérios, bem como por combustíveis fósseis continua crescendo, aumentando a pressão sobre as florestas de alta biodiversidade que abrigam níveis significativos de depósitos dessas valiosas commodities.

Os planos de desenvolvimento que impulsionam esse crescimento na infraestrutura e nas indústrias extrativas muitas vezes não fornecem investimentos proporcionais em economias locais sustentáveis. Globalmente, a área de agricultura itinerante está diminuindo, enquanto a área de produção agrícola intensiva está aumentando. Enquanto isso, o número de mineradores artesanais e de pequena escala triplicou nas últimas duas décadas. A demanda por outros recursos florestais como lenha, carvão e produtos florestais não madeireiros também mostra poucos sinais de desaceleração.

A fim de avaliar o progresso na mitigação desses riscos crescentes para as florestas, este relatório descreve quatro estratégias **(Figura 2 do relatório)** que, se perseguidas, contribuiriam para o cumprimento das Metas 3 e 4. Essas estratégias servem como indicadores para avaliar as ações dos governos, empresas, movimentos populares e o setor financeiro e doadores internacionais.

Figura 2. Estratégias para o progresso na realização das Metas 3 e 4 do NYDF

Nota: Na Estratégia 4, 'PRIME' refere-se a intervenções que abordam cinco questões de forma abrangente: Produtividade, Direitos, Investimentos, Mercados e Serviços ligados aos Ecossistemas. Juntas, as quatro estratégias para reduzir os impactos florestais de infraestrutura e indústrias extrativas e para promover meios de subsistência alternativos sustentáveis abordam diferentes escalas de concepção, planejamento e intervenção. As estratégias 3 e 4 aplicam-se a projetos e intervenções no terreno, que estão aninhados no planejamento de alto nível abordado pela Estratégia 2. Por sua vez, o planejamento macroeconômico e estratégico da Estratégia 2 será limitado pelas concepções de desenvolvimento que a Estratégia 1 busca expandir. A adoção da Estratégia 1, ao promover caminhos alternativos de desenvolvimento, terá efeitos positivos que tornarão as Estratégias 2, 3 e 4 mais fáceis de seguir.

Progresso dos governos

Os governos dos países com florestas tomaram medidas para alinhar os processos de planejamento macroeconômico e as políticas nacionais com as metas florestais. Quase 18% das florestas globais são consideradas áreas de proteção. Dezenas de países fizeram progresso no desenvolvimento de estratégias florestais nacionais, enquanto muitos governos regionais, nos quais a mineração e infraestrutura são motores do desmatamento, adotaram políticas para lidar com seus impactos.

No entanto, a implementação desses programas e políticas está progredindo lentamente, enquanto algumas proteções ambientais estão sendo revertidas. Os processos de preparação para o REDD + resultaram em mudanças positivas de políticas em muitos países, mas poucos países receberam compensação pelos resultados. Poucos governos traduziram políticas florestais de alto nível relacionadas à mineração e à infraestrutura em planos de manejo florestal ou avaliaram sistematicamente os riscos florestais desses setores. Muitos governos também afrouxaram as regulamentações para áreas protegidas nos últimos anos, agora aceleradas pela pandemia da COVID-19. Não está claro se e como os “trade-offs” para as florestas são levados em consideração nessas decisões.

Embora a concepção ou a aplicação inadequada das regulamentações seja algo comum, a maioria dos países com florestas regulamenta os investimentos em infraestrutura e indústria extrativa para reduzir a perda florestal. A maioria dos países adotou requisitos para avaliações de impacto ambiental e social, fechamento e reabilitação de minas e compensação de biodiversidade. No entanto, muitas vezes uma ou mais dessas políticas reguladoras são mal elaboradas e não refletem as melhores práticas para evitar impactos nas florestas. Mesmo quando as políticas são adequadas no papel, a fiscalização pode ser pouco firme.

Como parte dos processos do REDD+, muitos países têm em planejamento programas de apoio que visam diminuir a pobreza de forma global e fornecer meios de subsistência alternativos e sustentáveis enquanto reduzem o desmatamento geral. Fora dos programas do REDD+, no entanto, os governos que promovem a produtividade dos pequenos proprietários para eliminar a pressão das florestas muitas vezes não combinam essas intervenções com investimentos na garantia dos direitos dos pequenos proprietários e da comunidade, instituições, serviços públicos e acesso ao mercado. O apoio é prejudicado pela falta de financiamento e capacidade das instituições governamentais relevantes.

Progresso das empresas

As empresas do setor extractivo estão reconhecendo cada vez mais seus impactos na floresta e as responsabilidades correspondentes; entretanto, a transparência corporativa relacionada às florestas continua limitada. A maioria (78%) das empresas de mineração avaliadas para este relatório assumiram compromissos para impedir a perda de biodiversidade. Entretanto, devido à falta de transparência na divulgação, é difícil avaliar a ambição e o progresso ou determinar se as medidas tomadas são suficientes para lidar com os impactos. Apenas 23 do total de 225 empresas convidadas a divulgar dados em 2019 e 2020 o fizeram. As empresas que fazem relatórios geralmente apresentam desempenho insatisfatório em relação às métricas do CDP e aos padrões de relatórios da Global Reporting Initiative.

Iniciativas voluntárias de sustentabilidade surgiram para orientar a indústria extrativista e os desenvolvedores de infraestrutura. Os padrões de certificação de mineração tendem a fornecer diretrizes para mitigar os impactos na biodiversidade, embora faltem definições comuns para os impactos indiretos e cumulativos e a sua adoção seja lenta. Os padrões de sustentabilidade para o setor de infraestrutura elevaram a consciência a respeito dos problemas ambientais e sociais de projetos mal elaborados. No entanto, quanto aos extrativistas, a adoção desses padrões é mínima em comparação com a escala global de desenvolvimento de infraestrutura.

O apoio das empresas para os atores da cadeia de abastecimento de pequena escala e as comunidades locais afetadas não é capaz de abranger as vulnerabilidades estruturais subjacentes. As empresas da cadeia de abastecimento de cacau e óleo de palma iniciaram programas de apoio e engajamento de pequenos produtores que aumentaram a produtividade e, em alguns casos, reduziram o desmatamento. No entanto, os esforços continuam limitados em escopo e não conseguem atingir os pequenos proprietários em escala. No setor de mineração, a maioria das empresas cujos locais de mineração se sobrepõem às operações de mineração de pequena escala estabelecem relações com esses mineiros, mas isso é geralmente motivado pela redução do risco operacional. Os esforços coletivos que envolvem empresas e governos em colaboração mutuamente benéfica oferecem um caminho promissor para garantir intervenções globais e complementares.

Movimentos popular

Povos indígenas, comunidades locais, pequenos proprietários e atores da sociedade civil se mobilizaram para obter acesso e influenciar o planejamento para proteger os territórios florestais contra projectos prejudiciais ao desenvolvimento sustentável. Os movimentos populares e indígenas enfrentaram as desigualdades de poder construindo alianças internacionais para pressionar os atores e aumentar a conscientização sobre os impactos de projetos extrativos e infraestrutura em grande escala em vários países. Em alguns casos, por meio dessas mobilizações, eles conseguiram com sucesso cancelar ou atrasar projetos de infraestrutura em grande escala. Os movimentos populares também ajudaram a incorporar os direitos da natureza nas estruturas jurídicas, embora a implementação desses direitos por meio de políticas específicas seja limitada. Já as comunidades indígenas obtiveram recentemente vitórias legais para defender seus direitos territoriais, mas a reparação dos danos por meio dos tribunais costuma ser lenta.

As comunidades locais também fizeram progresso na demonstração da viabilidade da gestão de recursos naturais de maneira comunitária e outras abordagens ascendentes para o desenvolvimento e proteção florestal. Onde o manejo florestal foi operado e liderado pelas próprias comunidades, o resultado foi um aumento da autodeterminação e autonomia da comunidade e uma abordagem menos extrativa e mais sustentável para melhorar os meios de subsistência, junto com a redução do desmatamento. Os movimentos de base liderados por comunidades indígenas também estão lutando pelo acesso direto ao financiamento climático, em reconhecimento ao manejo sustentável bem-sucedido de seus territórios pelos povos indígenas.

Progresso de instituições financeiras e doadores internacionais

Muitas instituições financeiras, bancos multilaterais de desenvolvimento e doadores bilaterais adotaram políticas, se comprometeram com princípios e desenvolveram salvaguardas destinadas a abordar os riscos sociais e ambientais em todos os setores; entretanto, as principais deficiências permanecem na implementação dessas proteções. Existe uma falta geral de transparência sobre como e se as instituições financeiras e doadores internacionais evitam investimentos com alto risco florestal. Mesmo as instituições que adotaram salvaguardas frequentemente deixam de publicar informações sobre seu impacto nas florestas. E, embora alguns atores financeiros tenham feito progresso com seus compromissos de sustentabilidade, ainda existe um mercado financeiro importante e bastante opaco, sem nenhuma política para proteger as florestas.

Os fluxos de financiamento para intervenções para diminuir a pobreza e, ao mesmo tempo, reduzir o desmatamento são minúsculos em comparação com os investimentos não alinhados à floresta. As iniciativas do REDD+ mobilizaram pelo menos US$ 7,6 bilhões de financiamento público nacional e internacional, mas muitos desses programas ainda se encontram nos estágios iniciais. Do lado privado, uma série de investidores de impacto e plataformas emergentes mostram potencial para apoiar a criação de empregos junto

com a proteção das florestas tropicais, mas as informações sobre os impactos desses investimentos até agora são limitadas.

Barreiras para o progresso

Uma falta de transparência generalizada continua a prejudicar a prestação de contas de governos, empresas, doadores internacionais e outros atores financeiros.

O número de compromissos e metas de políticas para proteger as florestas continua aumentando. Os governos estão adotando estratégias do REDD+; as empresas estão assumindo compromissos para lidar com as questões de sustentabilidade na mineração; as instituições financeiras estão aderindo aos princípios de empréstimos sustentáveis. Mas o que conta é a ação, e, nesse sentido, há poucas informações disponíveis sobre a extensão da implementação dos compromissos e os resultados locais desses esforços.

Essa falta de transparência reflete uma opacidade geral que prevalece nos setores extrativista e de infraestrutura. O planejamento macroeconômico ocorre em grande parte a portas fechadas; e os megaprojetos são planejados e anunciados por governos e investidores sem uma visão significativa e participação da sociedade civil e das partes interessadas de base. Os instrumentos financeiros cada vez mais complexos de apoio ao desenvolvimento de infraestrutura inibem a compreensão de como as salvaguardas sociais e ambientais são aplicadas. A evidência disponível é insuficiente para entender se e como os trade-offs florestais são considerados nesse planejamento e tomada de decisão.

A prestação de contas no setor de mineração é relativamente melhor do que no de infraestrutura, provavelmente porque a sociedade civil tem sido mais ativa em denunciar as violações dos direitos humanos e o desalinhamento entre a ação corporativa e as promessas públicas. As empresas voltadas para o consumidor também estão cada vez mais cientes dos riscos de sustentabilidade dos materiais minerados, estimulando um envolvimento mais substantivo em iniciativas de cadeia de suprimentos sustentáveis. As empresas da cadeia de abastecimento agrícola estão muito à frente de seus pares de mineração e infraestrutura em compromissos detalhados para reduzir os impactos florestais de suas operações. No entanto, a transparência neste setor ainda é bastante limitada, especialmente em cadeias de abastecimento que dependem fortemente de pequenos agricultores.

As barreiras à transparência e à responsabilidade corporativa são muitas e incluem a falta de verificação independente dos dados relatados pela empresa sobre o progresso; transparência ainda limitada em cadeias de abastecimento complexas; a grande variedade e falta de definições e normas comuns em padrões de mineração, infraestrutura e sustentabilidade agrícola; a falta de medição de impacto em relatórios e divulgações; e a incorporação limitada de comunidades locais nos esforços de monitoramento.

Os governos frequentemente lutam para implementar as políticas florestais existentes devido à falta de vontade política, capacidade e estabilidade. O desequilíbrio de poder entre as agências governamentais permite que os regimes de fiscalização sejam moldados por interesses particulares.

Em muitos países com florestas, as políticas e leis que visam salvaguardar as florestas existem no papel. No entanto, a implementação dessas políticas costuma ser fraca, enquanto os fatores subjacentes que afetam a perda florestal, tais como a insegurança de posse da terra, são tratados de forma incompleta. As agências ambientais e florestais geralmente carecem de capacidade e financiamento em comparação com os ministérios de agricultura, mineração e energia, tornando-os mal equipados para contrabalançar os interesses particulares dos setores de mineração e infraestrutura. A instabilidade nos governos, seja devido a mudanças políticas ou a conflitos internos, pode minar ainda mais a força e a eficácia das instituições encarregadas da proteção florestal.

Os líderes políticos frequentemente favorecem abordagens de desenvolvimento econômico baseadas na exploração de recursos e na expansão agrícola. Ao mesmo tempo, muitos responsáveis pelas tomadas de decisão dão baixa prioridade às florestas e às pessoas que dependem delas. As medidas para mitigar os impactos negativos sobre as florestas e sobre as pessoas que delas dependem são, na melhor das hipóteses, brandas. As políticas e instituições estabelecidas para proteger terras e comunidades contra os danos ambientais foram enfraquecidas em muitos países com florestas, especialmente sob o pretexto da crise da COVID-19.

As intervenções bem-sucedidas de redução da pobreza e apoio aos pequenos produtores que reduzem o desmatamento são um desafio em escala; a coordenação público-privada para alinhar intervenções complementares ainda está em estágios iniciais.

Embora esforços promissores tenham demonstrado que a pobreza e o desmatamento podem ser enfrentados de forma abrangente, esses tipos de programas são difíceis de escalar. Os programas de apoio oferecidos por empresas a pequenos produtores em suas cadeias de abastecimento geralmente se concentram estritamente nos agricultores vinculados à empresa por meio de esquemas de fomento. Uma falta de confiança subjacente geralmente define as relações empresa-pequenos produtores, enquanto as complexidades da cadeia de suprimentos impedem o conhecimento total dos pequenos produtores já alcançados – ambas as questões limitam a extensão que esses programas poderiam de fato ter.

Ao mesmo tempo, os governos têm capacidade limitada para promover reformas abrangentes e intervenções necessárias para garantir que os desenvolvimentos fundiários sejam sustentáveis, protegendo as florestas e contribuindo para a subsistência dos pobres rurais. Muitas intervenções são unidimensionais e falham em abordar a natureza sistêmica da pobreza e do desmatamento.

A disparidade de poder entre governos e empresas, por um lado, e entre povos indígenas, comunidades locais e outros atores de pequena escala, por outro, restringe os caminhos de desenvolvimento inclusivo e pode levar à criminalização e ao assassinato de defensores ambientais.

Como parte das abordagens jurisdicionais e intersetoriais, algumas empresas e setores começaram a colaborar diretamente com os governos e a sociedade civil para enfrentar o desmatamento por meio de ações coletivas e coordenadas. Esses modelos colaborativos têm o potencial de abordar o problema de forma abrangente, embora, por enquanto, a maioria ainda estejam nos estágios iniciais.

Os povos locais tendem a ter pouca voz nas abordagens de desenvolvimento econômico e na alocação e uso de terras florestais. Em vez disso, corporações poderosas e elites nacionais influenciam a tomada de decisões para facilitar a exploração de recursos, enquanto os atores de base que expressam suas preferências são frequentemente postos de lado ou ignorados. O fraco reconhecimento da propriedade consuetudinária da terra e da soberania territorial dos povos indígenas prejudica ainda mais os esforços da comunidade para fazer valer seu direito à autodeterminação. Na prática, os processos que são projetados para reequilibrar o poder em relação às comunidades - como requisitos de consentimento livre, prévio e informado - muitas vezes são traduzidos em exercícios burocráticos conduzidos superficialmente, negando assim às comunidades uma chance real de expressar potencial dissidência.

Nos últimos anos, assistimos ao aumento da repressão da sociedade civil e à escalada da violência contra os defensores ambientais, o que limita ainda mais a responsabilização de empresas e governos. Os setores extrativistas são responsáveis por grande parte dos conflitos ambientais relatados e foram associados ao maior número de assassinatos de defensores ambientais em 2019. Os Estados também têm usado a criminalização do protesto e a detenção de ativistas como ferramentas de controle e repressão da dissidência sobre como os recursos naturais são usados e administrados.

Especialmente no norte global, as economias continuam a depender de commodities produzidas em economias em desenvolvimento e emergentes, possibilitadas por práticas de produção vinculadas ao desmatamento. Governos, empresas e consumidores devem assumir mais responsabilidade pelas externalidades ambientais e sociais não refletidas nos preços de mercado.

O REDD+ surgiu como um meio para os países desenvolvidos compensarem os países em desenvolvimento pelo sucesso na redução das emissões do desmatamento e degradação florestal por meio de parcerias financeiras. Embora muitos países florestais tenham iniciado reformas e políticas para resolver o problema do desmatamento, a percepção do potencial do REDD demorou mais do que o esperado. Muitos países ainda estão em processo de preparação depois de mais de uma década, e outros ainda não conseguem implementar e escalar de forma sustentável suas atividades. Embora esse atraso possa ser explicado em parte pela complexidade das reformas e capacitação necessárias, bem como a falta de financiamento suficientes para estes programas, os países doadores também estabeleceram uma variedade de condições que criam barreiras para o estabelecimento de parcerias de sucesso entre as nações das florestas e as doadoras.

Um número crescente de iniciativas do lado da demanda para reduzir e acabar com o desmatamento importado ainda estão em seus estágios iniciais ou são meramente voluntárias. Produtores e empresas voltadas para o consumidor nas cadeias de suprimento de metais e minerais também têm um caminho significativo a percorrer antes que seus esforços reflitam sua parcela de responsabilidade pelo desmatamento impulsionado pela mineração.

O progresso em direção aos Objetivos 3 e 4 – redução do desmatamento resultante de infraestrutura e desenvolvimento extractivo, ao mesmo tempo que apoia meios de vida sustentáveis – é lento. Sem mudanças drásticas nas estratégias de desenvolvimento econômico – deixando de depender da extração, exploração e consumo e em direção a caminhos alternativos que valorizam as florestas e as pessoas – o mundo não alcançará seus objetivos ambiciosos de desenvolvimento sustentável, clima e florestas.

Agradecimentos

Este relatório pertence ao domínio público. O relatório pode ser descarregadp, guardado ou distribuído eletronicamente ou de outra maneira. A cópia digital deste relatório, junto com avaliações de progresso sobre todos os objetivos da Declaração de Nova York sobre Florestas, está disponível em forestdeclaration.org.

Utilize a seguinte citação:

NYDF Assessment Partners. (2020). Equilibrando florestas e desenvolvimento: abordar a infraestrutura e as indústrias extrativas e promover meios de vida sustentáveis: Sumário Executivo. Climate Focus (coordenação e edição). Acessível em www.forestdeclaration.org.

Sobre a Avaliação do Progresso da NYDF:

Este relatório é resultante de pesquisas e da autoria dos Parceiros de Avaliação da Declaração de Nova Iorque sobre Florestas e é coordenado pela Climate Focus. É um esforço colaborativo que conta com a contribuição de inúmeras pessoas e organizações.

Os Parceiros de Avaliação NYDF incluem:

CDP, Center for International Forestry Research (CIFOR), Chatham House, Clean Cooking Alliance, Climate Focus, Conservation International (CI), Environmental Defense Fund (EDF), Fauna & Flora International, Forest Foundation Philippines, Forest Trends, Global Canopy, Institute for Global Environmental Strategies (IGES), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), The Alliance of Biodiversity International and the International Center for Tropical Agriculture (CIAT), International Union for Conservation of Nature (IUCN), Levin Sources, National Wildlife Federation (NWF), Overseas Development Institute (ODI), Rainforest Alliance, Rights and Resources Initiative (RRI), Stockholm Environment Institute (SEI), The Nature Conservancy (TNC), The Sustainability Consortium (TSC), Woodwell Climate Research Center, World Resources Institute (WRI), World Wildlife Fund (WWF-US), Yiaku Laikipiak Trust, e a iniciativa da Zoological Society of London's (ZSL), a Sustainability Policy Transparency Toolkit (SPOTT).

Design e figuras: Imaginary Office

Tradução: VVH business translations, www.vvh.nl

Edição de texto: Barbara Hermann

Data de publicação: Novembro 2020

CDP atuou como parceiro de dados para este relatório.

Este projeto é apoiado pela Climate and Land Use Alliance (CLUA), a Good Energies Foundation, e a International Climate Initiative (IKI) do Ministério Federal Alemão para o Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (BMU) com base em uma decisão adotada pelo Bundestag alemão por meio da plataforma global NYDF.

Supported by:

Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation and Nuclear Safety

based on a decision of the German Bundestag

New York Declaration on Forests GLOBAL PLATFORM

forestdeclaration.org

@NYDFAssessment